

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO Nº77/2022

PROCESSO SEI Nº: 0016956-37.2022.6.05.8000.

LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

RELATÓRIO FINAL

Instado a realizar licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de mobiliário geral, respeitando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA.

Aos 23 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 9h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022, deu início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar da única proposta apresentada. De início, em seguida, foi dado início à etapa competitiva, no entanto, não houve a apresentação de lances, conforme registra a Ata do Pregão acostada aos autos, documento SEI nº:2222468.

Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade do produto ofertado às especificações previstas do edital, procedeu-se à sua aceitação. Em seguida, fora classificada a empresa **ABROLHOS LAVANDERIAS LTDA**.

Ao final da fase de classificação, fora aceita a proposta da empresa supramencionada.

Finalizada a etapa competitiva, passou-se a fase de negociação, sempre na busca de reduzir o preço ofertado pela empresa vencedora. Após o final da negociação, não conseguimos lograr êxito na negociação com a empresa vencedora do certame, restando o valor ofertado símil ao valor máximo aceitável pela administração.

Passando-se à fase de habilitação, o pregoeiro consultou o SICAF e verificou: a) a compatibilidade do objeto social da empresa vencedora do certame com o objeto da licitação; b) os Documentos de Habilitação da empresa **ABROLHOS LAVANDERIAS LTDA**, anexados ao doc SEI nº2222475; c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e do sócio majoritário; d) a inclusão das Declarações exigidas nas condições 10.1.1 e 10.1.2 (doc. SEI nº 2222470).

Por fim, fora habilitada a empresa vencedora acima relacionada, sendo o objeto da licitação adjudicado ao respectivo vencedor.

Ressalto que a C E R T I D Ã O E S T A D U A L CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU da licitante fora emitida pelo próprio pregoeiro, em 23/12/2022, em consulta ao site oficial da ESAJ-Ba do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com base do quanto contido nos termos da condição 11.7. do instrumento editalício.

Impende ressaltar que, no que concerne à permissão para apresentação do Atestado de capacidade técnica para comprovação da exigência de Qualificação Técnica - constante na alínea a, da condição 11.1.7. do edital, após a abertura da sessão pública, a documentação apresentada pelo licitante, através de convocação de anexo, não se configura documento novo, visto que tal documento somente teve o condão de comprovar situação pré-existente antes da abertura do certame e necessária para comprovação das exigências de habilitação da licitante. Instado pelo pregoeiro a se manifestar, no chat, sobre a não apresentação concomitante da documentação de habilitação jurídica juntamente com a proposta, o licitante prestou os seguintes esclarecimentos: “Informamos que não enviamos a documentação completa por pura e simples falta de compressão do edital. Esperamos que nossa empresa não seja punida, pois não houve intenção de dolo”

Impende ressaltar que nossa decisão fora amparada nos termos do acórdão nº 1211/2021 da lavra do TCU. Por oportuno, vide excertos de comentários acerca dessa festejada e oportuna decisão do TCU sobre apresentação de documento novo:

Recentemente, o TCU publicou o Acórdão n. 1211/2021, o qual pode ser interessante para nossa atuação em pregões eletrônicos.

Como se sabe, a Lei n. 8666/93, em seu art. 43, §3º, admite a possibilidade de diligências para esclarecimento ou complementação do processo licitatório, sendo vedada a inclusão *“posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”*.

Contudo, a Corte de Contas, no Acórdão em discussão, flexibilizou tal regra, entendendo pelo cabimento da apresentação de documento novo para sanar/esclarecer alguma questão relativa à habilitação ou à proposta em decorrência de algum equívoco ou falha da licitante no momento de juntada de seus documentos, desde que tal documento confirme condição pré-existente à abertura da sessão pública.

Para o Tribunal, a possibilidade de inclusão de documento novo referente à condição já comprovada pelo licitante por meio de outros documentos juntados ao processo não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes. Pelo contrário. No entendimento do TCU, *“a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus*

documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)”.

Ressalta-se que o Acórdão estabelece duas condições para essa inclusão, de maneira a assegurar a isonomia do certame, quais sejam: (i) o Pregoeiro deve fundamentar o ato de solicitação de documento novo, indicando o que deve ser esclarecido; e (ii) o documento novo deve ter como propósito apenas comprovar condição pré-existente, ou seja, que a licitante já atendia quando da data marcada para entrega dos documentos.

De qualquer forma, o Acórdão representa importante precedente para interpretação e aplicação do art. 43, §3º da Lei 8.666/93, permitindo com que as empresas corrijam eventuais falhas e/ou omissões na juntada de seus documentos, desde que inalterada a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, conforme condição 12.1 do Edital, não houve manifestação de qualquer das empresas licitantes, sendo, em ato contínuo, encerrada a sessão pelo pregoeiro.

Favor desconsiderar o documento SEI nº2215939, Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº76/2022, indevidamente anexado a este processo; tornar sem efeito ainda o documento SEI nº 2222551-RELATÓRIO FINAL DE PREGÃO.

Por fim, o objeto foi adjudicado, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc. SEI nº2222472).

Anexados ainda os seguintes documentos SEI: Resultado por Fornecedor”, gerado pelo Sistema (doc. SEI nº2222471); Documentos de Proposta/Habilitação, constantes no doc SEI nº 2222469.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 27 de dezembro de 2022.

Lúcio Roberto de Oliveira

Pregoeiro